


ENSAIO SOBRE O CAPITALISMO: O CAMINHO PERCORRIDO DESDE A ANTIGUIDADE À BIOPSIKOPOLÍTICA PÓS-FORDISTA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-147>

Data de submissão: 09/04/2025

Data de publicação: 09/05/2025

Fernando Luz Sinimbu Portugal

Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2025-2028).

Bolsista FAPEMIG. Mestre em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023-2024). Bolsista CAPES. Graduado em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015); graduado em Filosofia na Universidade Católica de Brasília (2025); graduado em Teologia (2022), em História (2023), em Administração (2023), em Ciências Sociais (2025) na Universidade Estácio de Sá (bolsista UNESA); em Teologia Católica na UNINTER (2025). Bolsista da instituição; especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2017); especialista em Direito Constitucional (2021); Direito Administrativo (2021); Direito Civil e Direito Processual Civil (2021) e em Ciências Criminais (2021); em Direitos Humanos (2023) e em Ensino à Distância (2023) no Centro Universitário União das Américas - Uniamérica. Secretário-Geral da Associação de Pós-Graduandos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023-2024).

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3426892936688569>;

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0070-0183>.

RESUMO

Este trabalho foi realizado numa perspectiva comparativa, isto é, trata-se de diálogo de âmbitos históricos e socioeconômicos. Trata-se de um ensaio voltado ao despertar de criticidade quanto às consequências de mudanças socioeconômicas operadas durante a história ocidental, bem como quanto à abordagem acadêmica preponderantemente eurocêntrica produzida tanto em relação ao tema quanto ao próprio conceito de Ocidente. O desafio proposto no trabalho é apresentar e traçar as balizas históricossociais de um conceito marxista heterodoxo pouco debatido no Brasil, qual seja, o “biocapitalismo” e a “psicopolítica”, isto é, a organização pós-fordista na qual a “fábrica” se confunde com a própria sociedade, em uma espécie de “fábrica social”.

Palavras-chave: História do capitalismo. Capitalismo financeiro. Método histórico-crítico. Materialismo. Biocapitalismo.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo é um processo histórico, o qual gerou efeitos morais, éticos, econômicos, jurídicos, sociológicos, antropológicos, filosóficos e sociais em geral. Todavia, nem sempre a sociedade se pautou pelas máximas, pelos aforismos e pelos fundamentos desse sistema. Faz-se mister, portanto, a análise dos vestígios históricossociais que resultam na atual configuração mundial, especificamente da antiguidade até o capitalismo financeiro reinante nos tempos hodiernos. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de estabelecer diálogo com cientistas sociais atuais, os quais divergem em diversos pontos do marxismo e/ou do marxianismo. A análise culmina no “biocapitalismo pós-fordista”, ideia gestada por autores oriundos do *operaismo* italiano, os quais se consideram uma releitura de Karl Marx, isto é, uma espécie de atualização das ideias marxianas de acordo com o contexto atual. Com efeito, este modesto trabalho será realizado por meio de fontes acadêmicas tradicionais quanto à história do capitalismo, isto é, de acordo com a sistematicidade mais difundida no meio de ensino brasileiro e global. Entretanto, críticas devidamente embasadas quanto a essa abordagem serão oportunamente tecidas durante o texto deste trabalho, sob responsabilidade estrita do autor. Eis, portanto, uma pequena contribuição crítica à Academia quanto à história do capitalismo, isto é, trata-se de responder à seguinte pergunta: como o capitalismo surgiu e chegou até seus moldes atuais?

2 ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Dentro da perspectiva acadêmica clássica brasileira, a disciplina de História é tradicionalmente abordada de forma eurocêntrica, a qual concorre para a idealização de uma pretensa identidade ocidental nacional.¹

Em geral, inevitavelmente, os estudiosos de Humanidades herdaram perspectivas, de certa forma enviesadas, dentro desse espectro macrossocial chamado de “Ocidente”.

Non é a História Antiga do mundo, portanto, mas a História de um recorte bem específico do passado: o das origens do Ocidente. Ao assumirmos e ensinarmos que esta é a nossa História Antiga, fazemos um trabalho de memória e, como vimos, de produção de identidade. Assumimos, de modo quase natural e inconsciente, que somos parte da história do Ocidente. Outros conteúdos, que podem ser até mais antigos, nos são apresentados como a História de outros povos.

Sem nos darmos conta, para o bem e para o mal, a História Antiga nos ocidentaliza. Colocamos numa linha do tempo, nos posiciona na História mundial como herdeiros do Oriente Próximo, da Grécia e de Roma. Por ela, viramos sucessores da História Medieval, e a História do Brasil se torna um ramo da História europeia nos tempos modernos, quando nosso território foi colonizado pelos portugueses a partir do século XVI.²

¹ GUARINELLO, 2020;

² GUARINELLO, 2020. Página 13;

Feitas as ponderações quanto à perspectiva “ocidental” nas premissas epistemológicas da ciência histórica, passemos às concepções de Antiguidade.

Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, pais do autodenominado “socialismo científico”, a história dos povos deve ser analisada sob a ótica da luta de classes, isto é, num paradigma “dominador-dominado”.

A história de todas as sociedades até hoje existentes, é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras gradações particulares.³

Ainda sob perspectiva marxiana-materialista, a Antiguidade seria uma fase pré-capitalista, em que toda a estrutura social teria surgido devido a questões bélicas, isto é, as cidades seriam conjuntos habitacionais de guerreiros, estrutura que viabilizou o surgimento da propriedade privada, a partir da dinâmica de dominador-dominado entre povos.

A comunidade/cidade seria assim uma força militar. A concentração de moradias na cidade seria a base de uma organização bélica. A guerra, por sua vez, e a própria natureza da estrutura tribal anterior levariam à diferenciação entre os membros da sociedade (inferiores e superiores, conquistadores e conquistados, livres e escravos). Seria dessa forma, segundo Marx, que a propriedade comunal teria se separado da propriedade privada. Na cidade antiga, a terra era apropriada e trabalhada individualmente, porque não necessitava de trabalhos coletivos. A comunidade, ou cidade, era a relação recíproca entre proprietários privados, sua aliança contra o exterior, sua garantia de propriedade. Na visão de Marx, era uma sociedade de pequenos camponeses que cultivavam a própria terra. Tornando-se mais prósperos, exploravam escravos estrangeiros.⁴

Por sua vez, Max Weber desenvolveu o assunto de outra forma. Originalmente, segundo Weber, haveria cidades “ocidentais” e “orientais”, assim como Karl Marx aludia. Todavia, nestas o poder seria imensamente centralizado e burocrático, enquanto naquelas o caráter primitivo difuso-democrático teria se afluído.

³ ENGELS; MARX, 2010. Página 40;

⁴ GUARINELLO, 2020. Páginas 24 e 25;

Para Weber, a cidade era o centro urbano que, como tal, diferenciava-se do espaço rural, podendo dominá-lo, ser dominado por ele, ou mesmo apartar-se do mundo rural. Para Weber, tanto a cidade antiga como a medieval eram burguesas, no sentido de que se sobrepunham às grandes famílias, suprimiam as relações entre gentes aristocráticas e instituíam uma forma de poder público, e não familiar ou hereditário. Para Weber, a cidade antiga era, acima de tudo, sede dos proprietários rurais, que viviam das rendas obtidas no campo. Nesse sentido, eram cidades consumidoras, pois não precisavam, ao contrário das cidades medievais, desenvolver uma produção artesanal própria para garantir abastecimento. (...) A riqueza urbana do mundo antigo conduziu as elites a um estilo de vida ocioso, voltado para o luxo e a produção cultural: essa foi uma de suas fraquezas, mas também uma das causas do brilho da cultura antiga. O declínio do abastecimento de escravos, provocado pelo fim das conquistas do Império Romano, levou à queda da produção mercantil e racional, marcando a decadência da cidade antiga e a perda de brilho de sua cultura erudita.⁵

Frise-se que tanto Marx quanto Weber carregaram consigo visões europeias sobre o assunto, com traços positivistas do século XIX e, por conseguinte, com certos preconceitos característicos de seus tempos, embora tenham defendido ideias vanguardistas, humanitárias e revolucionárias à época.

Noutra perspectiva, numa análise meramente filológica, a palavra “antigo” é relativa a algo que existiu outrora; que se passou; que acabou e/ou remete à Antiguidade histórica.⁶

Com efeito, a historiografia hodierna entende que as definições tradicionais de “antigo” são problemáticas e podem ser abordadas por diferentes aspectos, a depender do ramo de conhecimento escolhido para a análise.

A delimitação no tempo e no espaço do Antigo Oriente Próximo (e por consequência a delimitação do argumento deste livro) é um problema tanto prático quanto histórico em seu sentido mais amplo. Pesam, sem dúvidas, argumentos práticos como a competência setorial (e sobretudo filológica) dos estudiosos, ou sua tradição disciplinar. Nesse sentido, o limite inicial, que separa a história da pré-história, está claramente vinculado com o aporte de fontes escritas às meramente arqueológicas; outro limite da história pré-clássica com relação àquela clássica está ligado ao surgimento das fontes greco-romanas, diversas na língua e na tipologia e separadas tradicionalmente do estudo das antigo-orientais. O mesmo vale para a delimitação espacial do Oriente Próximo com relação às regiões circunstantes que permaneceram mais tempo em um nível de menor complexidade. (...) O procedimento de natureza arqueológica tem características objetivas e científicas, e tende a reconstruir a datação de descobertas arqueológicas (ou melhor, de sua inserção no contexto da descoberta) confrontando-os entre si e com o presente (datas B.P. “before present”, ou seja, “antes do presente”). O trabalho histórico tem uma característica cultural e tende a reconstruir os antigos sistemas de datação e as antigas sequências cronológicas, para relacioná-los com nosso sistema e com nossa sequência para que sejam acessíveis.⁷

Ademais, a Antiguidade Clássica, de acordo com a convenção pedagógica brasileira, pode ser definida como o período entre o fim do Neolítico (2.200 AEC) e a queda do Império Romano do Ocidente em 476 EC (Era Comum).⁸

⁵ GUARINELLO, 2020. Página 26;

⁶ LANGUAGES, 2022;

⁷ LIVERANI, 2020. Páginas 33 e 36;

⁸ PINTO, 2022;

Quanto às relações de trabalho majoritárias à época, faz-se mister frisar que o escravagismo moveu economicamente o mundo antigo. Para estudar de forma científica e sistematizada o assunto, Karl Marx cunhou o conceito de “modo de produção” e o inseriu em sua concepção de materialismo histórico, nos seguintes termos.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (...) As grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.⁹

Portanto, segundo a concepção desenvolvida por Karl Marx, o modo de produção da Antiguidade Clássica greco-romana se basearia na escravidão, isto é, na dinâmica em que o dominador – escravizador – transformaria outro ser humano em propriedade, fato que se refletiu na língua desses povos, isto é, “δοῦλος” no grego e “sclavus” em latim. Ambos os vocábulos podem ser traduzidos como “escravo” em português hodierno.

Vimos acima que, em um estágio bem inicial de desenvolvimento da produção, a mão de obra humana se tornou capaz de fornecer produtos em quantidade consideravelmente maior do que o exigido para o sustento dos produtores e que esse estágio de desenvolvimento é essencialmente o mesmo no qual despontaram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Não demorou muito para que se descobrisse a grande “verdade” de que o ser humano pode também ser uma mercadoria, a força humana pode ser trocada e aproveitada mediante a transformação do ser humano em escravo. Os seres humanos mal tinham começado a praticar a troca quando eles mesmos passaram a ser trocados. O ativo se converteu em passivo, querendo os seres humanos ou não.¹⁰

O modo de produção escravagista demonstra que a Antiguidade Clássica fora um momento histórico pré-capitalista, haja vista que a força de trabalho majoritária era utilizada por coação física direta, mediante reificação explícita do ser humano, sem contraprestação em salário, isto é, a dinâmica escravista-escravizado não seguia a lógica capitalista do assalariador-assalariado.

Por fim, a estrutura social é determinante para a abordagem materialista-histórica, ou seja, a realidade econômica seria preponderante para as mudanças organizacionais da sociedade. Nesse

⁹ MARX, 2009. Páginas 47 e 48;

¹⁰ ENGELS, 2019. Página 161;

sentido, a Antiguidade manteve-se, em geral, rural e distante do capitalismo propriamente dito, assunto que ainda será abordado posteriormente neste trabalho.

3 FEUDALISMO

A queda do Império Romano do Ocidente em 476 EC tornou-se um marco, devido à fragmentação territorial ocorrida e, não obstante, pelo advento do que seria posteriormente chamado de feudalismo, claro, sob intenso escrutínio e deliberação acadêmica, meio em que sempre há mais de uma possibilidade de se abordar os mesmos fatos.

A Idade Média abrange um período de cerca de dez séculos, compreendido entre o final da Antiguidade e o início da época moderna. Essa é uma convenção cronológica, uma forma de ordenar e de classificar o tempo histórico, ao lado da Idade Antiga (ou Antiguidade), da Idade Moderna e da Idade Contemporânea. Os historiadores nunca entraram em consenso sobre os marcos precisos do início do fim da Idade Média: para uns, seria a queda de Roma, em 476, e a queda de Constantinopla, em 1453; para outros, o Edito de Milão, em 313, e a chegada dos espanhóis à América, em 1492.¹¹

O medievo, portanto, trata-se de um processo histórico com cerca de um milênio, realidade que sugere intensas mudanças durante seu sobrevir. Com efeito, as características comuns dos principais elementos constituintes desse período podem ser sugeridos objetivamente, quais sejam, o cristianismo – Igreja Católica –, o latim e a filosofia grega clássica.

O cristianismo, além de ferramenta eficaz de integração (muitas vezes forçada) dos bárbaros, serviu como vetor da expansão do mundo latino para além das fronteiras do antigo Império Romano do Ocidente. Apesar da perda de quase toda a península ibérica para os muçulmanos, no início do século VIII, a cristianização da Germânia, da Escandinávia, das ilhas Britânicas, da Boêmia, da Polônia, da Hungria e da Croácia integrou novos territórios àquilo que se convencionou chamar de Cristandade. (...) Em primeiro lugar, foi no período medieval que assistimos ao advento da ideia da Cristandade que, pela primeira vez na história, fez com que os habitantes de uma região vasta, que ia da Escócia à península ibérica, da Gália ao leste da Europa, passando pela Escandinávia e pelos Bálcãs, se sentissem membros de uma mesma comunidade, apesar de suas inúmeras diferenças culturais, políticas, etc.¹²

A convenção pedagógica brasileira hodierna quanto ao vocábulo “feudalismo” entende-o como organização socioeconômica da Europa Ocidental entre os séculos V e XV, isto é, durante a Idade Média.¹³

¹¹ SILVA, 2021. Página 7.

¹² SILVA, 2021. Página 9;

¹³ HIGA, 2022a;

Noutro sentido, para a filologia, o vocábulo “feudal” refere-se a “feudatário”, a “feudalismo”, a “feudo”, isto é, à dinâmica entre senhor e vassalos.¹⁴

Não obstante, numa perspectiva histórico-materialista, o modo de produção do período feudal baseia-se na dinâmica preponderantemente rural de servidão, isto é, entre senhor de terras e servos. Faz-se mister frisar que a urbanização do período é característica imprescindível para se compreender o florescer do capitalismo.

O período medieval também foi marcado pelas relações de dominação que se estabeleceram entre os senhores de terras e aqueles que nelas trabalhavam (os camponeses) e mesmo os que habitavam nas proximidades dos centros de poder senhoriais. Essas relações, que chamaremos neste livro de “dominação senhorial”, se caracterizavam pelo controle econômico, jurídico, político e militar dos camponeses por parte da aristocracia. Elas também incluíam uma série de obrigações dos senhores de terras em relação a esses camponeses, principalmente defendê-los em face de ameaças externas e arbitrar seus conflitos. Outra importante originalidade do período medieval foi a urbanização. Embora a maior parte da população vivesse no campo, foi durante a Idade Média que o fenômeno urbano tornou-se relevante e que as cidades surgiram como elementos dinâmicos da vida econômica, política e cultural do continente europeu. Nas cidades medievais foram construídas catedrais, os maiores edifícios da Cristandade, e fundadas suas mais importantes instituições de ensino, as universidades.¹⁵

Com efeito, Karl Marx reconhece no período feudal o momento decisivo para o advento do capitalismo, isto é, trata-se da “acumulação primitiva” que possibilitou o que os elementos fundantes da dinâmica do capital fossem disponibilizados na sociedade.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva”, porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela.¹⁶

Nesse sentido, Marx entende que a interação entre senhor de terras e servos prendeu o trabalhador à terra em um vínculo simbiótico e cultural que demorou séculos para se modificar.

Entretanto, essa transição à “modernidade” não deve ser entendida como uma “bênção” ou como uma mera “dádiva libertadora” aos trabalhadores, haja vista a expropriação operada contra os

¹⁴ DICIO, 2022;

¹⁵ SILVA, 2021. Páginas 12 e 13;

¹⁶ MARX, 2022. Página 786;

laborantes. Desde então, aquele que vende sua força de trabalho se encontra subordinado ao capital, no caso em tela, em uma dinâmica nascente, incipiente, de um capitalismo prematuro durante o fim do feudalismo.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se de jugo das corporações, de seus regulamentos relativos e aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.¹⁷

Portanto, sob ótica materialista-crítica, o feudalismo possibilitou o surgimento fático-ideológico do capitalismo, visto que se trata de um longo período de grandes mudanças econômicas, demográficas, laborais e organizacionais na sociedade. Nessa toada, ainda conforme a concepção materialista, como toda mudança estrutural causa modificações no âmbito abstrato e/ou ideal, os deslocamentos referenciais no período feudal ensejaram mudanças profundas na humanidade.

4 MODERNIDADE, MERCANTILISMO E CAPITALISMO PRIMITIVO

A transição entre o medievalismo e a modernidade não se tratou de uma ruptura imediata e marcante, mas sim de um processo de incorporações, de persistência quanto a certas práticas e de inovações técnico-culturais.

Este livro, por exemplo, tem na capa o nome “História Moderna” referindo-se a um período que, no Ocidente, costuma ser datado entre a tomada de Constantinopla – atual Istambul – pelo turcos, em 29 de maio de 1453, e a deflagração da Revolução Francesa, a 14 de julho de 1789, quando começaria a História Contemporânea. Se essa divisão fosse tomada com rigor absoluto, seria possível afirmar que um bebê, nascido nos últimos minutos da noite de 28 de maio de 1453, começou a chorar na Idade Média, acalmando-se, apenas, no alvorecer dos tempos modernos... É por isso, também, que historiadores recorrem a conceitos como “eras”, por exemplo, que permitem uma compreensão menos estreita da temporalidade histórica. Para o historiador francês Jacques le Goff, “as eras são em geral acontecimentos considerados como fundadores, criadores, com um valor mais ou menos mágico.”¹⁸

A Idade Moderna, com efeito, é o momento em que há intensa expansão político-econômica, mormente com o advento das “grandes navegações”, as quais representaram a disseminação de valores

¹⁷ MARX, 2022. Página 787;

¹⁸ MICELI, 2022. Página 10;

europeus pelo mundo e, de certa forma, integraram as nações, sob a preponderância do “Velho Continente”.

...foi por meio das viagens da expansão e da conquista que o velho continente saltou de suas fronteiras para promover o “nascimento de Europas fora da Europa” – na feliz imagem concebida pelo historiador Jean Delumeau. Segundo esse autor, as viagens representaram, para a civilização ocidental, a vitória duradoura sobre o mar, e foi graças a essa conquista que a Espanha, Portugal e logo depois a Inglaterra, a França e a Holanda exportaram técnicas, livros e homens. Além disso, as viagens foram condição básica para a formação do mercado mundial capitalista, promovendo um novo e duradouro desenho das relações entre as várias regiões do planeta, dando à Europa sua primazia universal, preservada durante séculos.¹⁹

Ora, Karl Marx e Friedrich Engels, ao analisarem o período, identificam a continuidade dinâmica do confronto entre as classes sociais, visto que se perpetuam, porém com novos nomes, com novas roupagens e com novos atores sociológicos.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. Dos servos da Idade Média, nasceram os moradores dos primeiros burgos; dessa população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia.²⁰

Sob perspectivas sociológica e histórica, consoante os ilustres pensadores *supra* indicados, a origem do trabalhador e do capitalista têm origem na subjugação realizada por este sobre aquele.

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu. Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres.²¹

¹⁹ MICELI, 2022. Páginas 11 e 12;

²⁰ ENGELS; MARX, 2010. Páginas 40 e 41;

²¹ MARX, 2022. Página 787;

Nessa toada, numa abordagem materialista-histórica, toda a nova conjuntura global serviu de substrato fático para o advento do capitalismo, isto é, a partir da mudança da realidade, bem como das relações socioeconômicas, uma nova lógica foi adequada à modernidade nascente. O capitalismo, pois, sob a forma de mercantilismo, encontraria ambiente propício para seu alvorecer.²²

A descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.²³

Nesse sentido, a antiga dinâmica servil e escravocrata passa a ser substituída pela lógica do capital, qual seja, pela lógica do salário e do trabalhador formalmente livre. Com efeito, apesar de aparentemente se assemelhar a uma ação libertadora, essa emancipação parece se limitar ao âmbito formal-político, todavia não basta: Karl Marx sustenta a necessidade da emancipação ampla, isto é, humanitária e humana.²⁴

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.²⁵

É nesse contexto, pois, que a ideia moderna de Estado-Nação encontra os fundamentos reais, práticos e estruturais para ser afirmada como padrão de organização social, tanto na Europa quanto nas nações ultramarinas dominadas.

Até que os Estados se tornassem os principais empreendedores do século XVI, cada caso “nacional” teve características, tempo e ritmo próprios, o que também desaconselha traçar qualquer modelo de Estado, embora isto não impeça que apontemos, sumariamente, seus principais elementos formadores, quais sejam: um sistema legal unificado, uma burocracia de funcionários especializados para elaborar e fazer cumprir as normas e códigos

²² MICELI, 2022;

²³ ENGELS; MARX, 2010. Página 41;

²⁴ MARX, 2020;

²⁵ MARX, 2022. Página 787;

administrativos, além de um exército permanente – tudo isso mantido à custa dos impostos e dos outros mecanismos de arrecadação já referidos.²⁶

Outrossim, essa unificação centralizante político-econômica possibilitou o surgimento da personificação do poder no monarca, instituto chamado de absolutismo.²⁷

Enquanto alguns filósofos se encarregavam de justificar o direito divino dos reis, como veremos à frente, a palavra “Estado” foi perdendo seu caráter abstrato, assumindo forte carga de impopularidade. Em alguns casos, como na França – considerada o modelo, por excelência, da monarquia absolutista –, para aumentar provisoriamente seus recursos, a Coroa subcontratava a arrecadação dos impostos agrícolas, fazendo cair sobre larga parcela da população a mão pesada dos arrendatários, o que gerava profunda insatisfação no campesinato, já bastante atormentado por péssimas condições de vida, agravadas pela fome e pelas doenças de que seus corpos frágeis se tornavam presas fáceis. Era na condição de vítima ou de réu, portanto, que a imensa maioria da população se relacionava com o Estado, cuja função principal – longe de ser a de proteger o rebanho dos súditos que os reis recebiam por um suposto direito divino – acabou sendo a de cuidar dos interesses dos grandes mercadores e homens de negócio, em uma espécie de mecenato às avessas que, ao contrário de incentivar qualquer forma de criação cultural, transformava em reféns endividados os próprios governantes e agravava a situação de miséria da imensa maioria das pessoas.²⁸

Destarte, o capitalismo primitivo – mercantilismo – prosperou. Suas características convencionadas pedagogicamente no meio de ensino brasileiro são: 1) metalismo – acumulação de riquezas por meio de metais preciosos –; 2) balança comercial favorável; 3) Estado altamente intervencionista.²⁹

O estágio da produção de mercadorias, com o qual tem início a civilização, é caracterizado economicamente pela introdução: 1. do dinheiro de metal e, desse modo, do capital monetário, do juro e da usura; 2. dos comerciantes como classe intermediadora entre os produtores; 3. da propriedade fundiária privada e da hipoteca e 4. do trabalho escravo como forma dominante de produção. A forma de família que corresponde à civilização, e que com ela chega definitivamente ao poder, é a monogamia, a dominação do homem sobre a mulher e a família individual como unidade econômica da sociedade. A síntese da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos tomados como exemplo, é sem exceção o Estado da classe dominante e, em todos os casos, é essencialmente um mecanismo de repressão da classe oprimida e espoliada.³⁰

Bem, nessa sistemática materialista-histórica, os Estados-Nações Modernos, personificados nas dinastias monárquicas, acumularam riquezas por meio da espoliação de outros povos. Houve, com

²⁶ MICELI, 2022. Página 99;

²⁷ HIGA, 2022b.

²⁸ MICELI, 2022. Página 99;

²⁹ HIGA, 2022b;

³⁰ ENGELS, 2019. Páginas 161 e 162;

efeito, uma espécie de “pacto colonial” entre dominador e dominado, em que este seria culturalmente “civilizado” pelos europeus mediante contraprestações pecuniárias, jurídicas, comerciais e humanas.³¹

Ocorre que a burguesia, consoante entendimento sociológico-histórico marxiano-marxista, é uma classe social intrinsecamente revolucionária e tende a dominar a todas as outras.

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas precedentes.³²

Ao se compulsar os anais da história europeia ocidental, percebe-se que o Estado Absoluto Moderno serviu aos interesses burgueses por um tempo, entretanto as balizas teóricas e práticas começaram a mudar rapidamente desde o século XVII.

Houve, pois, diversas revoluções burguesas durante o século XIX, nas quais os pilares liberais clássicos foram insistentemente ostentados e sobrepostos quanto a eventuais aspirações sociais representadas, principalmente, pelos socialistas e pelos comunistas.³³

Diante a essa ebulição social, a ideia e a prática do capitalismo foram lentamente assimiladas e fixadas no imaginário popular em todas as nações do globo terrestre, culminando em grandes modificações quanto ao rumo da humanidade.

5 CONTEMPORANEIDADE, CAPITALISMO FINANCEIRO E BIOCAPITALISMO

A Contemporaneidade, tradicionalmente, é entendida como um período histórico iniciado a partir da Revolução Francesa (1789)³⁴. Frise-se, com efeito, que apesar de haver toda a distinção pedagógica entre supostas fases da história, trata-se de mera convenção, a fim de se simplificar e de possibilitar o estudo científico-sistemático do tema.

Destarte, Karl Marx, ainda no século XIX, identifica a contemporaneidade como o mais favorável momento histórico para o desenvolvimento da lógica do capital, mormente na Inglaterra, local da qual as “Revoluções Industriais” provieram.

³¹ PRADO JÚNIOR, 2014;

³² ENGELS; MARX, 2010. Página 43;

³³ HOBBSAWN, 2012;

³⁴ MICELI, 2022;

A Inglaterra de 1846 a 1866

Nenhum período da sociedade moderna é tão propício ao estudo da acumulação capitalista quanto o dos últimos 20 anos. É como se ela tivesse encontrado a sacola de Fortunato. De todos os países, porém, é novamente a Inglaterra que oferece o exemplo clássico, e isso porque ela ocupa o primeiro lugar no mercado mundial, porque somente aqui o modo de produção capitalista se desenvolveu em sua plenitude e, finalmente, porque o estabelecimento do reino milenar do livre-câmbio, a partir de 1846, privou a economia vulgar de seu último refúgio. (...) A acumulação do capital veio acompanhada de sua concentração e centralização. Embora inexistisse qualquer estatística agrícola oficial para a Inglaterra (mas existia para Irlanda), ela foi fornecida voluntariamente por 10 condados. Esses números mostraram que, de 1851 a 1861, os arrendamentos abaixo de 100 acres diminuíram de 31.583 para 26.567, ou seja, 5.016 deles foram fundidos com arrendamentos maiores. De 1815 a 1825, nenhuma fortuna mobiliária acima de £1 milhão caiu na malha do imposto sobre heranças; já entre 1825 e 1855, no entanto, houve 8 ocorrências, e entre 1855 e junho de 1859, isto é, em 4 anos e meio, 4 ocorrências. A centralização pode ser mais bem percebida, no entanto, com uma breve análise do imposto de renda para a rubrica D (lucros, excluindo arrendatários, etc.) nos anos de 1864 e 1865.³⁵

Nesse sentido, é essa lógica da indústria que movimenta por quase 3 séculos o capitalismo, alcançando seu auge mediante as propostas tayloristas e fordistas no século XX, fortalecendo a dinâmica do salário e moldando culturas.

A partir do momento em que, como explica Weber, o empreendedor decide aumentar os negócios além dos níveis tradicionais, encontra-se numa situação em que deve revirar a “forma” de sua organização produtiva, deve organizar a “fábrica fechada” e receber ali os operários que antes trabalhavam em seus domicílios, para usá-los segundo lógicas diferentes das anteriores. Nasce o “trabalho assalariado” e, com ele, uma nova racionalidade, a econômica em sentido estrito. Weber arrisca até mesmo a afirmação de que a racionalidade capitalista nasce de “um elemento de irracionalidade”, pois o “homem econômico” escolhe, a partir desse momento, uma existência em função do seu trabalho, da sua empresa, “e não o contrário!”. É fato que essa racionalidade econômica vai se impor, em seguida, como a “única”, enquanto aquilo que Max Weber havia sido capaz de deduzir a partir de sua reconstrução da transição entre as épocas pré-industrial e industrial era, diferentemente, a existência de uma “pluralidade” de racionalidades.³⁶

Ora, é nesse ambiente que o embate entre proletariado e capitalistas alcança maior visibilidade e, por conseguinte, gera mudanças estruturais e organizacionais notórios, com o surgimento do *Welfare State*, isto é, uma nova acepção de Estado, em que Direitos Sociais são, em tese, valorizados.

O que foi, então, que a luta operária impôs? Impôs, justamente, essa transformação do capital, o fato de que o capital para se sustentar tenha tido que aceitar entrar na vida, construir um “welfare”, o Estado da assistência, o Estado providência. A essa altura se dá, no entanto, uma passagem fundamental, já que na medida em que se estende de tal maneira o “welfare” torna-se ele mesmo elemento de produção, transforma a matéria sobre a qual se constrói o lucro, transforma a matéria sobre a qual se começa a construir inclusive valorização.³⁷

³⁵ MARX, 2022. Páginas 723 e 725;

³⁶ MARAZZI, 2009. Página 28;

³⁷ NEGRI, 2015. Páginas 59 e 60;

Passada a fase fordista-industrial do capitalismo, o mundo pós-1970 representa a metamorfose do capital em sua mais proeminente abstração, isto é, a improdutividade e especulação atingem o ápice, abarcando todo o mercado, ora sob o manto ideológico neoliberal, ora sob a distopia do anarcocapitalismo: vive-se pura e simplesmente no e do mercado financeiro.

The process of financialization that led to the crisis we are living in now is distinguished from all other phases of financialization historically recorded in the twentieth century. The classical financial crises were situated at a precise moment of the economic cycle, particularly at the end of the cycle, in conjunction with a fall of profit testing as a result of capitalist competition on an international scale, in addition to social forces undermining geopolitical equilibrium in the international division of labor. The typical twentieth-century financialization thus represented an attempt, in certain ways “parasitic” and “desperate”, to recuperate on the financial markets that which capital could no longer get in the real economy. (...) The accumulation and specific centralization of the “capital bearer of interest”, as Marx defined it in Volume III of Capital, also called “fictitious capital”, managed primarily by banks with autonomous production of money by means of money indeed epitomized one of the salient characteristics of the twentieth century financialization processes (as pointed out by Marx over the course of the second half of the nineteenth century). The financial crises were thus based on a contradictory relationship between real and financial economies, a relationship that today is no longer expressed in the same terms. The financial economy today is pervasive, that is, it spreads across the entire economic cycle, co-existing with it, so to speak, from start to finish. Today it is in the finances, to speak figuratively, even when one goes shopping at the supermarket, at the moment when one pays with a credit card. (...) That is, we are in a historical period in which the finances are “cosubstantial” to the very production of good and services.³⁸

Nessa toada, numa perspectiva materialista, identifica-se a mudança da natureza do trabalho, bem como de sua dinâmica e necessidades como as causas da mudança fenomenológica do capital.

Assim como o trabalho “produziu” sua sociedade, suas instituições e seus governo “por meio da comunicação”, esse último (governo) re-produz os sujeitos econômicos, fixando regras de comportamento, leis, normas, proibições, objetivos coletivos e dispositivos de redistribuição. Uma vez que o pós-fordismo, diferentemente do que acabou de ser descrito, “não” mais separa a produção da comunicação, mas faz da coincidência entre as duas a própria alavanca do desenvolvimento econômico, a primeira coisa a verificar é o tipo de comunicação, ou melhor, o tipo de linguagem de que estamos falando. A linguagem de que se fala aqui é a que “produz organização” no interior da esfera do trabalho, no interior da firma.³⁹

Com efeito, nessa nova realidade, o capital encontra na abstração máxima – mercado financeiro – ambiente propício para se expandir e concentrar-se, numa velocidade quase instantânea, ininterruptamente. A partir disso, a sociedade acompanha as mudanças do capital, seja na linguagem, seja nos costumes, seja na cultura em geral. Vê-se inaugurada, pois, a sociedade pós-moderna do cansaço em contraposição à antiga sociedade disciplinar fordista.

³⁸ MARAZZI, 2007. Páginas 27 a 29;

³⁹ MARAZZI, 2009. Página 30;

O sujeito de desempenho pós-moderno não está submisso a ninguém. Propriamente falando, não é mais sujeito, uma vez que esse conceito se caracteriza pela submissão (“subject to, sujet à, sujeito a”). Ele se positiva, liberta-se para um projeto. A mudança de sujeito para projeto, porém, não suprime as coações. Em lugar da coação estranha, surge a autocoação, que se apresenta como liberdade. Essa evolução está estreitamente ligada com as relações de produção capitalistas. A partir de um certo nível de produção, a autoexploração é essencialmente mais eficiente, muito mais produtiva que a exploração estranha, visto que caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade de autoexploração. O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (“burnout”). Ele desenvolve nesse processo uma agressividade, que não raro se agudiza e desemboca num suicídio. O projeto se mostra como um “projétil”, que o sujeito de desempenho direciona contra si mesmo.⁴⁰

Percebe-se, pois, que a mudança da realidade modifica a sociedade diretamente e inaugura uma nova fase da lógica do capital, mais agressiva, com desigualdades mais acentuadas e socialmente dilacerantes.

Vivemos tempos de uma verdadeira mudança de era, que provoca muitas angústias nas sociedades enfermas, acossadas pelo desemprego massivo e estrutural. O dualismo social aparece como característica comum: enquanto se agrupa de um lado, uma minoria hiperativa, do outro se concentra uma multidão de precários, desempregados e excluídos.⁴¹

Nesse sentido, essa fase história é palco de inovações quanto ao próprio capital, visto que a dimensão intelectual passa a ser uma mercadoria *per se*, algo que é chamado por diversos autores como uma espécie de “indústria cultural”.

A produção capitalista passou por grandes transformações nos últimos trinta anos. Basicamente, já não se pode mais separar o capital como produtor de mercadorias e bens da chamada superestrutura, ou seja, da produção de idéias, crenças, percepções e gostos. A produção capitalista não apenas se reapropria da produção da cultura, crenças e desejos, como também – é aí está o verdadeiro *turn over* – os vincula de maneira direta à própria produção e circulação das mercadorias. Tornou-se difícil hoje pensar em uma mercadoria separada de seu componente “estilo de vida” ou subcultura associada.⁴²

Ora, a crise do sistema fordista e taylorista; a superação da dicotomia “estrutura” e “superestrutura”; a intensa automação do processo produtivo; a atomização dos indivíduos e a corrosão do senso coletivo marcam uma nova era, um novo momento macrosocial e, por conseguinte, um período que merece intensa perquirição científica.

⁴⁰ HAN, 2017. Página 101;

⁴¹ ALTAMIRA, 2008. Página 45;

⁴² ALTAMIRA, 2008. Página 45;

Historicamente, o chamado capitalismo pós-moderno remete a um processo social ligado à crise da civilização fordista. Analiticamente, representa um conceito-horizonte que permite nomear uma série de evoluções convergentes que se afirmaram com força no cerne das formações sociais avançadas, assumindo conotações particulares, embora nem por isso menos semelhantes, nos países menos desenvolvidos. (...) Negri sustenta a existência de uma grande narrativa, de um metarrelato. Por outro lado, reafirma a análise marxista assentada na guerra permanente entre capital e trabalho, reinterpretando esse antagonismo a partir de um horizonte que ressalta agora a ampliação dos espaços (fábrica social) sobre os quais esse antagonismo se desenvolve, conferindo particular importância nesse conflito às práticas comunicacionais. O desenvolvimento do capital social e, junto com ele, da nova era da informação configura um espaço de convergência entre o pós-modernismo e Negri.⁴³

Nessa toada, chamada pelos pensadores contemporâneos de “biocapitalismo”, a desterritorialização do trabalho e a superação do “local de trabalho” são características marcantes, isto é, enquanto no período fordista a fábrica foi entendida como o lugar em que se trabalha, atualmente toda a sociedade é compreendida pela dinâmica laboral, a assim chamada “fábrica social”.⁴⁴

Eram pequenos grupos que estudavam como o capitalismo exercia não só uma função de controle da sociedade, mas que entrava no corpo da vida. E claro que há elementos neoliberais que acompanham essa operação. Com essa quantificação da vida começa uma espécie de destituição do público estatal, de sua função clássica, de mediar as relações sociais e de mediar também as formas de exploração, sua quantidade e seu destino. Vê-se assim diminuída a função do Estado ante o avanço dos mercados financeiros e das organizações internacionais que começam a intervir com mais força nas regras do jogo. A exploração direta do “plus”, a exaltação do “Welfare” como base de valorização financeira, o mundo da produção de saúde, da garantia da infância e da velhice, a destruição da educação, etc. Um mundo que valoriza a chamada produção do homem pelo homem, que se torna matéria prima, ou melhor, o sangue que circula no sistema arterial do capital financeiro global. O mundo do trabalho explora enquanto “bios”, isto é, já não só como força de trabalho e sim como forma viva, não só como máquina de produção e sim como corpo comum da sociedade. Essa é a primeira passagem da subsunção real do trabalho ao capital à subsunção da sociedade inteira ao capital. Depois, junto a esta transformação se dão outras que são muito importantes, ligadas à globalização dos mercados além das velhas unidades nacionais. Mas talvez o mais notável seja a transformação do homem para além da fábrica, já que o valor tende a não residir mais na fábrica, porque mudam os critérios de valorização.⁴⁵

Faz-se mister reafirmar que, nas últimas décadas, a fronteira espacial entre trabalho e lar foram sobrepujados por novas dinâmicas tecnolaborais. Com efeito, o advento da *internet*, dos smartphones e do 5G sentenciam as relações intersubjetivas trabalhistas à extrema individualidade; à confusão espacial entre trabalho e casa; ao fim do ambiente restrito produtivo e ao início da “fábrica social” em constante produtividade.

⁴³ ALTAMIRA, 2008. Página 48;

⁴⁴ NEGRI, 2015;

⁴⁵ NEGRI, 2015. Páginas 60 e 61;

Nos últimos vinte anos produziram-se também nos países de capitalismo avançado importantes alterações no mercado de trabalho. Para tal fenômeno, contribuíram os seguintes novos cenários: 1) o crescimento acelerado de uma série de serviços tipicamente adequados ao emprego de mão-de-obra feminina (hotelaria, enfermeiras domiciliares, cuidadoras e recreadoras de crianças, lares de idosos); 2) o aumento do número de pessoas que trabalham em casa, fenômeno que tende a diluir as fronteiras entre fábrica/escritório e casa. Ao mesmo tempo que se desenvolviam os sistemas de produção flexível baseados no uso intensivo e extensivo dos computadores, foi sendo modificado aquele conceito taylorista de concepção separada de execução, o que promoveu a realocação e revalorização da capacidade do trabalhador em comandar a cooperação social produtiva, agora de tipo novo, de acordo com a também nova natureza do trabalho.⁴⁶

Ademais, diante a tantas mudanças, os cientistas sociais devem se adequar e se instruir quanto à nova realidade material. Não seria, pois, diferente quanto ao marxismo, torna-se é necessária uma adequação aos tempos hodiernos: diante a um tecnocapitalismo – ou biocapitalismo –, faz-se imprescindível uma abordagem tecnomarxista – quiçá biomarxista – adequada ao (novo) objeto de análise.

Não existem dúvidas então que, diante do processo de reestruturação capitalista, as categorias utilizadas pelo marxismo exigem no mínimo uma atualização, quando não sua substituição por novas categorias a serem desenvolvidas e incorporadas. Tudo parece apontar para a existência de uma tendência do capitalismo, mesmo em sua manifestação mais corrente, em direção à maior abstração, já que só assim se pode assegurar que toda produção seja mediada e colocada à disposição da acumulação. Da mesma maneira, o desenvolvimento do capitalismo nos últimos vinte anos e as transformações que foram alcançadas, independentemente o nome que se dê – capitalismo tardio, capitalismo avançado, capitalismo globalizado, capitalismo mundial integrado, etc. – como pontos de partida fundamentais para o desenvolvimento de qualquer análise, fornecem condições econômicas e sociais substancialmente diferentes das que foram enfrentadas por Marx em sua época.⁴⁷

Têm-se, pois, modificações materiais substanciais que nos leva a afirmar que vivemos um “biocapitalismo” de século XXI, com características próprias e distintivas quanto ao século passado e, por conseguinte, as abordagens devem ser adequadas à nova realidade.

6 CONCLUSÃO

Espero que este trabalho cause reflexão e, até certo ponto, espanto a quem o ler. O capitalismo mudou e parece que continuará rumando em direção à concentração, à expansão, à abstração e à atomização, características que sua história explícita e elucida. Creio, pois, ter demonstrado como as mudanças materiais influenciaram a organização socioeconômica humana, porém sem o determinismo característico de muitos pensadores que se basearam em Karl Marx pela história. Com efeito, para

⁴⁶ ALTAMIRA, 2008. Página 55;

⁴⁷ ALTAMIRA, 2008. Página 55;

isso, a dialética se faz constante na construção do texto, mormente com posicionamentos de pensadores que não comungam integralmente dos postulados marxianos. A finalidade precípua deste trabalho é, portanto, apresentar a evolução do capitalismo e introduzir um conceito pouco debatido no Brasil: o “biocapitalismo”, isto é, uma proposta de abordagem atualizada do marxismo, dialética, em que a organização social pós-fordista confunde o local de trabalho – “fábrica” – com a própria sociedade. Nesse sentido, o desafio do cientista social, portanto, não é o de meramente catalogar, mas sim o de interpretar a história, com o dever de se indicar as ferramentas e métodos utilizados, sempre de boa-fé e, primordialmente, sempre com curiosidade e assaz afinho.⁴⁸ Espero ter honrado essas características.

⁴⁸ LUCA, 2021.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 2008;

DICIO. Disponível em <https://www.dicio.com.br/feudal/#:~:text=Significado%20de%20Feudal,Pr%C3%B3prio%20do%20feudalismo>. Acesso em 22 de dezembro de 2022 às 11h04;

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. 1ª edição. São Paulo, SP: Boitempo, 2019;

ENGELS, Friedrich. MARX, KARL. **Manifesto Comunista**. 1ª edição. São Paulo, SP: Boitempo, 2010;

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. 1ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 2020;

HIGA, Carlos César. **Feudalismo: o que é, características e resumo. Mundo Educação**. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/feudalismo.htm#:~:text=O%20feudalismo%20foi%20a%20forma,m%C3%A3o%20de%20obra%20era%20servil>. Acesso em 22 de dezembro de 2022a;

HIGA, Carlos César. **Mercantilismo: o que é, contexto, características**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/mercantilismo.htm#:~:text=Mercantilismo%20foi%20um%20conjunto%20de,metais%20preciosos%2C%20como%20o%20ouro>. Acesso em 22 de dezembro de 2022b;

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções. Europa, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012;

LANGUAGES, Oxford. Disponível em: https://www.google.com/search?q=antigo+dicion%C3%A1rio&rlz=1C1ONGR_pt-PTBR1004BR1004&oq=antigo+dicion%C3%A1rio&aqs=chrome..69i57j0i22i30l5j0i15i22i30l2j0i22i30l2.2936j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 21 de dezembro de 2022 às 21h01;

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente: história, sociedade e economia**. 2ª edição. São Paulo, SP: Editora USP (Universidade de São Paulo), 2020;

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 2021;

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009;

MARAZZI, Christian. **The violence of Financial Capitalism**. 1ª edição. Los Angeles, USA: Semiotexte, 2007;

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009;

MARX, Karl. **O Capital: livro I**. 2ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo, SP: Boitempo, 2022;

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo, SP: Boitempo, 2020;

MICELI, Paulo. **História Moderna**. 1ª edição, 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 2022;

NEGRI, Antônio. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. 1ª edição. São Paulo, SP: Iluminuras, 2015;

PINTO, Tales dos Santos. **"O que é Antiguidade?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-antiguidade.htm>. Acesso em 21 de dezembro de 2022 às 20h53.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil; Caio Prado Júnior entrevista Chico de Oliveira**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014;

SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**. 1ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 2021;